

CEL  
Cely



**CIMLT**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO  
TEJO

Órgão: Assembleia Intermunicipal da CIMLT

ATA Nº: 2

27 de Dezembro 2017

Assunto: Sessão Ordinária

Início da sessão: 22h00 horas

Términus da sessão: 00h00 horas

Presidente da Mesa: Francisco Madelino

Vice-Presidente da Mesa: Cristina Maria Milhano Pintão de Campos

Secretário da Mesa: André Filipe Arraia Gomes



----- ATA N.º 2 -----

--- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, na sala de reuniões do Centro de Serviços da Lezíria do Tejo, edifício sede da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, aplicável por determinação do artigo 104.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a) do artigo 84.º do mesmo normativo, e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: José Francisco Correia Afonso Marouço, Gustavo Gaudêncio da Costa, Carlos Manuel Russo Mota, José Manuel Coutinho Lopes, Fernando Rodrigues Louro, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, José Luís Marques dos Santos, António José Fonseca Nobre, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Vera Lúcia Bráz dos Santos, Domingos Manuel Marques David Pereira (em substituição de Irina Noel Matias Batista), Nuno Miguel Martins Pires, Carlos Orlando Mendes Pauleta, Augusto Gonçalves Parreira, José Augusto Santos de Jesus, Catarina Maria Lagarto Marques, Francisco Manuel Miguel Colaço, Pedro Miguel Martins Braz, Rui Miguel Oliveira da Cruz, Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Artur Fernando Salgado, Ana Teresa de Sousa David, Luís Alberto Ferreira, Victor Manuel da Guia, Alam Pereira, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Francisco Caneira Madelino, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, Telma Filipa Oliveira Simões, Carlos Fatia Tezo, Cristina Maria Milhano Pinhão de Campos, Manuel António dos Santos Afonso, Nuno Miguel Cardigos Afonso Antunes Fernandes, Dina Maria Gomes Rocha, Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco e André Filipe Arraia Gomes. -----

--- Faltou à sessão Filipe Serrano de Oliveira, não tendo sido substituído.-----

--- Apresentaram justificação de falta Filipe Serrano de Oliveira e Irina Noel Matias Batista.-----

--- A lista de presenças dos senhores Deputados constam dos documentos anexos à presente ata. ----

-----  
--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos: -----

--- Período Antes da Ordem do Dia;-----



*Handwritten signature in blue ink.*

- Ordem do Dia:-----
- 1. Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal;-----
- 2. Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia Intermunicipal;-----
- 3. Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2014;-----
- 4. Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2015;-----
- 5. Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2016;-----
- 6. Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Financeiras Intercalares reportadas ao final do 1.º Semestre de 2017 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas;-----
- 7. Apreciação e Votação de Orçamento para 2018, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2018-2021 e Mapa de Pessoal para 2018;-----
- 8. Apreciação e Votação de Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2018-2021;-----
- 9. Apreciação e Votação de Proposta de Segunda Revisão ao Orçamento para 2017, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2017-2020, e Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revisadas;-----
- 10. Apreciação e votação de alteração do Regulamento Interno da CIMLT;-----
- 11. Apreciação e votação de alteração do Regulamento Interno dos perfis de competências da CIMLT;-----
- 12. Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal.-----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, informando que deveria tomar posse Filipe Serrano de Oliveira, mas não seria possível por estar ausente. Falou ainda sobre o agendamento das reuniões seguintes da Assembleia Intermunicipal. Lembrou que no último mandato tinha sido acordado reunir à última segunda-feira de abril e de novembro. Propôs que ficassem fixas estas datas -----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, apresentando a seguinte Moção: "Em defesa de um rio Tejo vivo: O rio Tejo necessita da nossa ajuda. Em dezembro



de 2015, o atual governo, através do Ministério do Ambiente, identificou os efluentes da empresa Celtejo, em Vila Velha de Ródão, como um preocupante foco de poluição do rio Tejo. No final e 2016, os sucessivos alertas, a confirmação pública das suspeitas sobre as fontes poluidoras e a persistência de fortes descargas colocaram definitivamente o problema na agenda política. Já então eram, demasiado, evidentes as consequências trágicas para o ambiente dos derrames poluidores, a partir do emissário da Celtejo, colocado no meio do rio, em frente a Vila Velha de Ródão. A jusante quase havia desaparecido a fauna piscícola e os lagostins, fonte de rendimento dos poucos pescadores que ainda resistem, já só apareciam a montante, para os lados de Espanha. O problema era reconhecido pelo Relatório da Comissão de Acompanhamento sobre a Poluição do Rio Tejo, sendo a sua resolução incluída entre as medidas prioritárias, no Plano Gestão da Região Hidrográfica do Este e Tejo. A 19 de janeiro de 2017, em Abrantes, é apresentado o Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental. O Ministro do Ambiente afirmou, e bem, que a impunidade tinha acabado. Mas pese embora saber-se quem é a empresa poluidora e a proclamação do Sr. Ministro do Ambiente de que a impunidade tinha acabado, a Celtejo continuou a fazer descargas poluentes no rio Tejo, hipotecando, a jusante, os investimentos amigos do ambiente. Depois de já, por diversas, vezes terem ocorrido diversas mortandades, no mês de outubro do corrente ano assistiu-se a uma enorme mortandade de espécies piscícolas na Barragem do Fratel. Centenas de milhares de peixes vieram à superfície para respirar tal a carência de oxigénio dissolvido na água. Numa altura de seca extrema a água do rio Tejo poderá servir para uso humano e o seu estado impede essa utilização. Não temos dúvidas algumas que, neste momento, está em causa o Estado como agente protetor do ambiente e das populações. Faço ao exposto a Assembleia Intermunicipal da Lezíria do Tejo, reunida em sessão ordinária, no dia 27 de dezembro de 2017, solicita que sejam tomadas medidas urgentes para que a empresa Celtejo cumpra os limites de descarga em meio hídrico, retomando os valores anteriores à nova licença de descarga emitia em 2016 e que triplicou os alores num claro atentado ambiental. Moção a ser aprovada enviar para, Exmo. Sr. Presidente da República, Exmo. Sr. Primeiro-Ministro, Exmo. Sr. Ministro do Ambiente, Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Presidente da APA, Presidente da CCDR Centro, Presidente da CCDR Alentejo, Concelhos representados na CIMLT e comunicação social”-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, lembrando que as sessões da Assembleia Intermunicipal eram gravadas em áudio, mas apenas para efeitos de Ata. Aliás, a Comissão da Proteção de Dados Pessoais referia que as gravações deveriam ser eliminadas após a feitura da Ata.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, sugerindo que se pudesse fazer a votação no final da Assembleia, para haver tempo para se apreciar a Moção.



Propôs também que a Moção, com o título “Em defesa de um rio Tejo vivo”, não estivesse focada unicamente num agente poluidor. Na opinião do senhor Deputado, não podemos convencer-nos que se resolvermos os problemas da Celtejo estarão resolvidos todos os problemas do rio Tejo. Seria redutor que a Assembleia Intermunicipal da CIMLT se focasse única e exclusivamente num agente poluidor e fizesse disso a defesa do rio Tejo vivo.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Rui Miguel Oliveira da Cruz (CDU)**, concordando com a opinião da Celtejo não ser o único agente poluidor do rio Tejo e lembrando que os focos de poluição são variados. Também propôs que a Moção fosse votada no final da sessão.-----

--- Passou-se de seguida ao **1º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação da Atividade da Comunidade Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, solicitando informações sobre a Candidatura do Sucesso Escolar, questionando se já havia resultados, algum diagnóstico ou alguma terapia sugerida no âmbito da erradicação do insucesso escolar, sendo este um tema bastante importante. No que diz respeito às Aquisições, pretendeu saber a razão pela qual só encontrava referência às poupanças conseguidas. O senhor Deputado questionou se a funcionalidade do equipamento, a adequação, a satisfação na totalidade da sua utilização mereceria referência ou mereceria apenas a questão economicista da poupança que se fez na aquisição dos referidos equipamentos? O senhor Deputado quis ainda saber se as consultas para efeitos de compras eram feitas a duas ou a três entidades.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que a CIMLT tem uma Central de Compras Eletrónicas, onde os Municípios, algumas Juntas de Freguesia e empresas municipais podem participar. Explicou que através da Central de Compras Eletrónicas têm-se conseguido poupanças muito significativas em variadas áreas, entre elas Energia, Telecomunicações, Seguros, Refeições Escolares, Combustíveis, etc. Em relação às consultas, o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT referiu que a Central de Compras Eletrónicas da CIMLT cumpria a legislação em vigor. No que diz respeito ao Sucesso Escolar, mencionou que a candidatura para a Lezíria do Tejo estava em fase final de aprovação e resultava em cerca de 4,5 milhões de Euros de investimento. A candidatura pretendia apresentar uma abordagem diferente daquilo que era a Escola e o Sucesso. Até à data, a preocupação era que os alunos tivessem a escolaridade e que andassem na escola dentro daquilo que era a escolaridade obrigatória. A ênfase agora era outra. Era não só que estivessem na escola, mas que pudessem efetivamente ter sucesso. O senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT terminou dizendo que este projeto previa



**CIMLT**

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO

a colocação, em articulação entre Municípios e Agrupamentos Escolares, de educadores sociais e psicólogos clínicos, e também um conjunto vasto de iniciativas de cariz local e intermunicipal, tendo sempre em conta com as especificidades de cada Município. Esta era, portanto, uma área que devia merecer uma aposta intermunicipal.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, referindo que no controlo orçamental via uma execução manifestamente baixa em relação àquilo que estava previsto, andando à volta do 63%. Tendo em atenção que este controlo dizia respeito ao período de 1 de Janeiro a 15 de Dezembro de 2017, referiu não saber se seria expectável ainda a execução até ao final do ano. Se sim, tudo bem. Se não, pretendeu saber porque é que a execução estava tão longe daquela que era prevista.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que essa questão tinha uma explicação simples, tendo a ver com os Fundos Comunitários. Havia um conjunto de projetos intermunicipais que dependiam desses Fundos. Os Fundos tinham andado atrasados. Houve projetos que a CIMLT já tinha conseguido aprovar, outros que estavam em fase de aprovação e ainda outros que, mesmo aprovados, a CIMLT não tinha conseguido ter tempo para fazer uma execução daquilo que eram as expectativas. O senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT lembrou que estava a falar de um orçamento que tinha sido feito em outubro de 2016, com uma perspetiva de que se iria executar mais. Assim, a culpa não era da CIMLT, mas das contingências. Aliás, as próprias Câmaras Municipais também tinham tido os mesmos problemas.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Artur Fernando Salgado (PS)**, referindo que ultimamente muito se tinha falado nas alterações climáticas. O relatório de atividades da CIMLT dizia que a 9 de Outubro tinha havido uma reunião com técnicos dos Municípios para abordar questões sobre a candidatura das Alterações Climáticas. Também no dia 8 de Novembro tinha havido na CIMLT um Workshop sobre Alterações Climáticas. O senhor Deputado quis saber o que a CIMLT estava a fazer nesta área.-----

--- Usou da palavra o **senhor Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, mencionando que o projeto das Alterações Climáticas estava aprovado pelo POSEUR, estando participado em 85%. Esta era uma das matérias que os Senhores Presidentes de Câmara consideravam relevantes, sobretudo face àquilo que se tinha assistido, infelizmente, em 2017. Prosseguiu dizendo que já tinha sido feito um primeiro Workshop, tinha sido criado um grupo de trabalho com todo o público estratégico regional para esta área, entre eles a Direção Regional de Agricultura, o ICNF, o CDOS, a GNR, enfim, uma panóplia de entidades



faziam parte da comissão de acompanhamento. Depois de realizado o primeiro Workshop, estava a decorrer a fase de diagnóstico e o que se pretendia era que houvesse contributos e opiniões de todos, para que até ao final do ano a CIMLT pudesse ter um plano de adaptação às alterações climáticas, com propostas em que todos se pudessem rever. O senhor Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT aproveitou para apelar ao contributo e participação de todos os senhores Deputados.-----

--- Passou-se de seguida ao **2º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, solicitando que fosse colocada uma ressalva no fim do artigo 42º, ponto 1, onde era referido que o período de intervenção do público não poderá ser superior a 30 minutos: que poderia esse período ser prolongado, caso assim o decidisse a Assembleia e sempre que fosse necessário. Referiu ainda que no Regimento da Assembleia Intermunicipal não vinha assinalada a caracterização do layout da sala da Assembleia e que o atual não era a melhor forma de se conviver e de trocar impressões. Pôs à consideração se se poderia alterar a disposição de layout, com uma disposição em que todos pudessem cara a cara debater, sem estarem de costas uns para os outros. -----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, dizendo que o conteúdo mencionado no artigo 42º, ponto 1, seria o que decorria da Lei.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, dizendo que prolongar a intervenção do público poderia fazer sentido, na eventualidade de haver muitas intervenções. Seria, portanto, uma ressalva para o bem da Democracia e da participação efetiva, e contra todas as medidas que toldam a participação do cidadão e provocam o afastamento progressivo dos órgãos de decisão e um divórcio entre as populações e quem as dirige. No que diz respeito ao layout da sala, o senhor Deputado considerou ser uma proposta positiva, que iria possibilitar que todos se visualizassem a todos e promover o melhor andamento da Assembleia. -----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, referindo que a Lei geral dizia que havia um limite máximo de 60 minutos para período de intervenção do público. Também o CCP mencionava que se deve interromper as reuniões onde havia confusão e que elas não são deliberativas. E que este tipo de órgão era apenas para por questões e não devia haver debate. Havia outros sítios para participar as bases. Em relação ao layout da sala, teria que ter umas bancadas.-----



al.  
[Handwritten signature]

--- Usou da palavra o **senhor Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, dizendo que, relativamente à participação do público, este ponto prendia-se com a remota hipótese de por exemplo comparecerem 60 cidadãos com intenção de intervir. Mas tal nunca deveria acontecer, infelizmente. Sobre o segundo ponto, tratava-se apenas de tornar a sala mais prática.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, dizendo que, relativamente à questão dos 30 minutos prolongáveis, quando a Assembleia assim o entendesse, não estava em causa os assuntos. Estaria em causa que os 30 minutos não fossem motivo para impedir alguém de falar, quando, por exceção à regra, se justificasse que o público quisesse colocar questões, enquadradas no Regulamento e na Lei. Terminou dizendo que lhe agradaria ver a sala com assistência, uma vez que não gostava de ver a dissociação entre política e o povo.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, sugerindo que se passasse de imediato à votação do Regimento, porque se havia motivo para as pessoas se afastarem dos órgãos de decisão era precisamente devido ao que se estava a assistir. A reflexão deveria ser sobre a discussão do bom senso do tempo, para as pessoas se sentirem motivadas a participar. Na opinião do Senhor Deputado, havendo participação de pessoas na Assembleia Intermunicipal, que já tinha havido e nunca tinha excedido o tempo, e se a participação justificasse mais de meia hora, obviamente que se ouviriam as pessoas. Segundo o Senhor Deputado, não seria necessário que isto ficasse escrito. Em relação ao layout da sala, desejou que fosse o melhor para todos.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, referindo que tinha que haver algum equilíbrio no que dizia respeito ao tempo de intervenção do público. Relativamente ao layout, o Senhor Deputado remeteu-o para a conferência de representantes, que seria um sítio que poderia encontrar soluções para essas questões.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Manuel António dos Santos Afonso (PS)**, dizendo que até compreendia a proposta. Havia uma preocupação em que as pessoas pudessem vir para um órgão desta natureza. Mas definir o tempo certo, na opinião do Senhor Deputado, não fazia muito sentido. Disse não acreditar que se estivessem 20 ou 30 pessoas no público, que todos quisessem colocar questões e que todos falassem. Os 30 minutos visavam estabelecer, até em termos de organização da própria Assembleia, o tempo com que o órgão podia contar no total. O senhor Deputado terminou apelando para que viessem as pessoas e que estas se preocupassem com os interesses da região, e que viessem expressar a sua opinião e colocar as questões com a pertinência que bem entendessem.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira**



el.  
av

**Madelino (PS)**, colocando o Regimento à votação.-----

--- Submetido à votação o **Regimento da Assembleia Intermunicipal**, a mesma foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, lembrando que, uma vez aprovado o Regimento, ficavam excluídas as propostas apresentadas.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, questionando se faz sentido aprovarmos um Regimento que não é *ad aeternum*. Ele assenta sobre uma legislação nacional que poderá ser alterada. Por força disso, o Regimento também será automaticamente alterado.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, referindo novamente que tinha sido aprovado o Regimento. Para a conferência de líderes seria remetido o layout da sala e qualquer outra alteração que viesse a ser proposta.-----

--- Passou-se de seguida ao **3º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2014**.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, solicitando autorização para falar dos pontos 3, 4 e 5, porque estava tudo relacionado. Referiu que estes pontos tinham a ver com a necessidade de consolidação de contas, imposta pelo Tribunal de Contas, devido à participação da CIMLT na empresa Município. Em termos de contas no geral, não tinha nenhuma implicação.-----

--- Submetidos à votação os **Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2014**, os mesmos foram **APROVADOS POR MAIORIA**.-----

--- Passou-se de seguida ao **4º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2015**;-----

--- Submetidos à votação os **Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2015**, os mesmos foram **APROVADOS POR MAIORIA**.-----

--- Passou-se de seguida ao **5º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2016**.-----

--- Submetidos à votação os **Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2016**, os mesmos foram **APROVADOS POR MAIORIA**.-----



--- Passou-se de seguida ao **6º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação de Análise Sumária e Demonstrações Financeiras Intercalares reportadas ao final do 1.º Semestre de 2017 e do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre as mesmas.**-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, alertando e realçando o Relatório do ROC, quando refere no último parágrafo que as demonstrações financeiras não refletem qualquer provisão para cobertura de eventuais riscos que poderão advir do processo judicial que é referido acima. O Senhor Deputado questionou qual seria a estratégia, na eventualidade de haver uma decisão judicial desfavorável à CIMLT.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando que o referido processo tinha a ver com a constituição da empresa Águas do Ribatejo. Foi solicitada uma indemnização de 100 milhões de Euros à CIMLT, o processo era de 2007, já tinha havido desenvolvimentos e a CIMLT ganhou os processos até à data. O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT terminou a sua intervenção dizendo que as Águas do Ribatejo estão em pleno funcionamento e são hoje um exemplo para o País. Como tal, isso devia deixar todos orgulhosos, porque foi na CIMLT que nasceu este projeto.-----

--- Passou-se de seguida ao **7º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Orçamento para 2018, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2018-2021 e Mapa de Pessoal para 2018.**-----

--- Submetido à votação o **Orçamento para 2018, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2018-2021 e Mapa de Pessoal para 2018**, o mesmo foi **APROVADO POR UNANIMIDADE.**-----

--- Passou-se de seguida ao **8º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2018-2021.**-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, referindo a necessidade que esta Assembleia tinha a ser informada sobre as autorizações prévias. Em próximas Assembleias deveriam vir essas informações por escrito e incluídas da Ordem de Trabalhos.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, dizendo que tem sido essa a prática.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que todas as Atas onde estes assuntos passam nas reuniões do Conselho Intermunicipal da CIMLT são distribuídas aos Senhores Deputados. Portanto, essa informação estava



lá explícita, em termos gerais. A informação era disponibilizada de uma forma direta através das Atas do Conselho Intermunicipal, mas poderiam ainda fazer um resumo das autorizações e entregar na conferência de líderes. -----

--- Submetida à votação a **Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2018-2021**, a mesma foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**.-----

--- Passou-se de seguida ao **9º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e Votação de Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2018-2021**.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, lembrando que quando se falava em reduções, o senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT tinha referido que tinha a ver com Fundos Comunitários atrasados, essencialmente. No documento, estas reduções estavam descritas como "Diversos". O Senhor Deputado pediu mais esclarecimento neste sentido. Questionou ainda se este ajustamento prejudicou a atividade da CIMLT, nas suas competências e projetos.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, mencionando que essas reduções tinham a ver sobretudo com o Plano Diretor de Informática e com a candidatura da Promoção do Sucesso Escolar. Explicou que este tipo de ações eram programadas com a devida antecedência, mas houve atrasos iniciais que depois implicaram em tudo o resto: candidaturas, aprovações e concursos. Tinha sido, por isso, a retirada a verba aplicada e não tinha sido gasta. Prosseguiu dizendo que se a CIMLT puder fazer as coisas, melhor. Mas havia outro conjunto de intervenções. Lembrou que a CIMLT gere fundos quase há 30 anos e sabe sempre que há coisas que andam mais depressa e outras mais devagar.-----

--- Usou da palavra o **senhor Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, começando por dizer que a CIMLT tinha inscrito em Plano e Orçamento um Plano contra o Insucesso Escolar e tinha feito a candidatura em devido tempo. A candidatura estava naquele momento em fase de audiência prévia e já havia até algumas ações adjudicadas. Em Janeiro de 2018 arrancará o projeto, embora a CIMLT quisesse começar já no ano de 2017. No entanto, a CIMLT não mandava na CCDR Alentejo e tinha que aguardar pelos pareceres, audiências prévias e aprovação da candidatura. Em relação ao Plano Diretor de Informática, que irá estabelecer serviços online em todos os municípios, Senhor Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT explicou que a CIMLT tinha um concurso público,



*Handwritten signature in red and blue ink.*

que era complexo. Ainda assim, deveria avançar no início de 2018. Estas duas situações levaram a que fosse necessário fazer uma revisão a negativos.-----

--- Submetida à votação a **Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2018-2021**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Passou-se de seguida ao **10º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de alteração do Regulamento Interno da CIMLT**.-----

--- Submetida à votação a **alteração do Regulamento Interno da CIMLT**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Passou-se de seguida ao **11º Ponto da Ordem do Dia - Apreciação e votação de alteração do Regulamento Interno dos perfis de competências da CIMLT**.-----

--- Submetida à votação a **alteração do Regulamento Interno dos perfis de competências da CIMLT**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Passou-se de seguida ao **12º Ponto da Ordem do Dia - Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal**.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que a proposta do Conselho Intermunicipal da CIMLT era que continuasse a ser o doutor António Manuel de Carvalho Torres o Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT. Segundo o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, o Conselho Intermunicipal entendia que o trabalho que o doutor António Torres tinha feito ao longo de quase 30 anos na CIMLT era visível. Frisou que a proposta tinha sido aprovada por unanimidade pelo Conselho Intermunicipal. Apelou, assim, que a Assembleia Intermunicipal pudesse também votar este nome por, pelo menos, mais quatro anos.-----

--- De seguida, foram distribuídos pelos Senhores Deputados os boletins de voto, para se proceder à votação para a eleição do Secretariado Intermunicipal.-----

--- Procedeu-se, de seguida, à contagem dos votos.-----

--- Submetida à votação a **Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com os seguintes votos:-----

---VOTOS A FAVOR: 27;-----

---VOTOS NULOS: 1; -----



al.  
Caneira

---VOTOS BRANCOS: 10.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, informando que no final da sessão se daria posse ao Senhor Primeiro-Secretário do Secretariado Intermunicipal da CIMLT. O senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT referiu ainda que a minuta da ata iria ser assinada pela Mesa da Assembleia. Sobre a reunião dos líderes de bancada, solicitou que fosse definida a metodologia para a convocação da mesma. Lembrou ainda que o Regimento falava em líderes de grupos. Grupos eram mais de duas pessoas. Questionou se a reunião de líderes reunia com os dois membros do Bloco de Esquerda e do CDS, ou com os líderes dos grupos. Quis saber qual era o entendimento que a Assembleia tinha sobre esta matéria.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, referindo que, em português, quando nos queremos referir à possibilidade de uma entidade ser composta por uma pessoa ou por diversas - há sempre essa possibilidade - nós referimos sempre no plural. O Senhor Deputado explicou que o plural não excluía o singular. Pelo contrário. Ou seja, o grupo podia ser composto pela unidade.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, dizendo que “grupo” era um substantivo coletivo comum. O artigo 21 fazia menção a grupos. E dizia que competia ao Presidente da Assembleia Intermunicipal fazer a Convocatória.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, lembrando que na reunião anterior tinham sido indicados os líderes de cada grupo político, sendo eles Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS), José Augusto Santos de Jesus (PSD), Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU), António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP) e Francisco Manuel Miguel Colaço (BE).-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP)**, relembando o definido no Regimento, no seu artigo 21º - “Os membros da Assembleia Intermunicipal, eleitos por cada Partido, Coligação de Partidos ou por Grupos Independentes de Cidadãos podem, independentemente do seu número, constituir-se em grupos”, e assim realçando a importância do dito no que diz respeito a “independentemente do seu número”.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, dizendo que não queria impor a sua opinião e, como tal, questionava se os grupos aceitavam a participação dos membros do Bloco de Esquerda e do CDS na reunião dos líderes de bancada.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE)**, lembrando que na reunião anterior tinham sido indicados os líderes de cada grupo político, sendo eles Mara Lúcia



Lagriminha Coelho (PS), José Augusto Santos de Jesus (PSD), Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU), António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (CDS-PP) e Francisco Manuel Miguel Colaço (BE).-----

--- Usou da palavra a **senhora Deputada Mara Lúcia Lagriminha Coelho (PS)**, informando que ao PS não repugnava a ideia de que todas as bancadas, que representam os diversos Partidos, se pudessem constituir em grupos, independentemente do seu número, tal como tinha sido aprovado na última reunião. Terminou dizendo que até considerava que tal estava dentro do âmbito do artigo 21º, ou seja, que o CDS-PP e o Bloco de Esquerdo se pudessem constituir da mesma forma que o PS, o PSD e a CDU. -----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Carlos Orlando Mendes Pauleta (CDU)**, referindo que não era possível um indivíduo constituir um grupo. Era mais do que óbvio. Todavia, não o repugnava que estivessem na reunião os representantes de todos os Partidos representados na Assembleia intermunicipal da CIMLT.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado José Augusto Santos de Jesus (PSD)**, dizendo que da parte do PSD não havia qualquer objeção a que os dois membros fizessem parte da conferência de líderes.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, solicitando que fosse proposta uma data para a reunião dos líderes de bancada e que fosse escolhido um dia em que o senhor Presidente pudesse estar presente. A reunião seria nas instalações da CIMLT.-----

--- Após discussão entre todas as partes, foi decidido marcar a reunião de líderes de bancada, no dia 8 de Janeiro, às 21h00, nas instalações da CIMLT.-----

--- Usou da palavra o **senhor Deputado Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão (PS)**, lembrando a moção apresentada pelo senhor Deputado Francisco Manuel Miguel Colaço (BE) e dizendo que propôs ao autor da Moção, e uma vez que a mesma se centrava na empresa Celtejo, que pudesse a conferência de líderes reorganizar a Moção, no sentido dela ser efetivamente na defesa de um rio Tejo vivo. O objetivo era que, para além da Celtejo, a moção incluísse todo um conjunto de questões sobre o tema, fundamental para a Lezíria do Tejo. O senhor Deputado referiu que esta proposta já tinha sido apresentada ao autor da Moção, que tinha concordado com a mesma. A Moção seria assim votada na próxima sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT.-----

--- De seguida foi lida, pelo **senhor Deputado André Filipe Arraia Gomes (CDU)**, a Minuta da Ata da Sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 27 de dezembro de 2018: "Ponto nº2: Apreciação e votação Regimento da Assembleia Intermunicipal - Aprovada por unanimidade; Apreciação e Votação do Regimento da Assembleia Intermunicipal; Ponto nº3: Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2014 – Aprovada por



*Handwritten signature and initials in red and blue ink.*

maioria, com um voto de abstenção do PS e um voto de abstenção do BE. Apresentou Declaração de Voto Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito (PS); Ponto nº4: Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2015 – Aprovada por maioria, com um voto de abstenção do PS e um voto de abstenção do BE. Apresentou Declaração de Voto Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito (PS); Ponto nº5: Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas Referente ao Ano de 2016 – Aprovada por maioria, com um voto de abstenção do BE; Ponto nº7: Apreciação e Votação de Orçamento para 2018, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2018-2021 e Mapa de Pessoal para 2018 – Aprovada por unanimidade; Ponto nº 8: Apreciação e Votação de Proposta de Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano de 2018-2021 – Aprovada por unanimidade; Ponto nº9: Apreciação e Votação de Proposta de Segunda Revisão ao Orçamento para 2017, Plano de Ação - Grandes Opções do Plano 2017-2020, e Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais Relativos aos Contratos cuja Despesa esteja Prevista em Grandes Opções do Plano Agora Revistas – Aprovada por unanimidade; Ponto nº10: Apreciação e votação de alteração do Regulamento Interno da CIMLT – Aprovada por unanimidade; Ponto nº11: Apreciação e votação de alteração do Regulamento Interno dos perfis de competências da CIMLT – Aprovada por unanimidade; Ponto nº12: Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal – Aprovada por maioria, com 27 votos a favor, 10 votos brancos e 1 voto nulo.-----

--- Submetida à votação a **Minuta da Ata da Sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 27 de dezembro de 2018**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Usou da palavra o **senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, dando por encerrada a sessão e informando que iria dar-se posse ao senhor Primeiro-Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres.---

--- Não havendo mais assuntos a tratar, o **senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

--- O PRESIDENTE *Francisco Caneira Madelino*

--- A VICE-PRESIDENTE *Cristina Antunes de Campos*

--- O SECRETÁRIO *[Handwritten signature]*

